

D. Sancho Pires de Froiã e a sua família: percursos eclesiásticos e influências na Sé do Porto (finais do século XIII)

ANTÓNIO ROSA MARQUES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
marquesrmantonio@gmail.com

RESUMO: O reinado de D. Dinis marcou uma acalmia nas relações entre o rei e a Igreja. Contudo, o monarca colocou em prática uma estratégia de controlo das dioceses, interferindo nas nomeações episcopais com vista à consagração de bispos próximos a ele. Nesta altura, várias famílias aristocráticas, pertencentes ao núcleo “próximo” do monarca, integrarão os meios eclesiásticos, na expectativa de ascender socialmente através da ocupação de cargos de relevo. Este artigo tem como objetivo perceber se, com a eleição de Sancho Pires de Froiã como bispo do Porto, ocorreram mudanças no volume patrimonial e na ocupação de cargos eclesiásticos na Sé, fruto de influências familiares deste bispo.

PALAVRAS-CHAVE: D. Sancho Pires de Froiã; diocese do Porto; rede familiar; influência.

SANCHO PIRES DE FROIÃO AND HIS FAMILY: ECCLESIASTICAL PATHS AND INFLUENCE IN THE CATHEDRAL OF PORTO (LATE 13TH CENTURY)

ABSTRACT: The reign of King Dinis marked a period of calm in the relationship between the Crown and the Church. Nevertheless, the monarch implemented a strategy to control the dioceses by interfering in episcopal appointments, aiming to consecrate bishops who were personally aligned with him. During this time, several aristocratic families from the king's inner circle entered the ecclesiastical sphere, seeking social advancement through the occupation of prestigious positions. In the case of Porto, the first change of bishop during the reign of King Dinis occurred in 1296, with the consecration of Sancho Pires de Froiã as Bishop of Porto. This article aims to see whether this election brought about changes in the patrimonial volume and in the occupation of ecclesiastical positions within the cathedral chapter, as a result of the familial influence of this bishop.

KEYWORDS: Dom Sancho Pires de Froiã; diocese of Porto; family network; influence.

D. SANCHO PIRES DE FROIÃO ET SA FAMILLE : PARCOURS ECCLESIASTIQUES ET INFLUENCES DANS LA CATHEDRALE DE PORTO (FIN DU XIII^E SIECLE)

RESUME : Le règne de D. Dinis a marqué une période d'accalmie dans les relations entre le roi et l'Église. Toutefois, le monarque mit en œuvre une stratégie de contrôle des diocèses, en intervenant dans les nominations épiscopales afin de consacrer des évêques qui lui étaient proches. À cette époque, plusieurs familles aristocratiques issues du cercle rapproché du roi intégrèrent les milieux ecclésiastiques, dans l'espoir de progresser socialement par l'occupation de postes de prestige. Dans le cas de Porto, le premier changement

d'évêque sous le règne de D. Dinis eut lieu en 1296, avec la consécration de D. Sancho Pires de Froiã comme évêque de Porto. Cet article a pour objectif de comprendre si, à la suite de cette élection, des changements ont eu lieu dans le volume du patrimoine et dans l'occupation des charges ecclésiastiques au sein du chapitre cathédral, en raison des influences familiales de cet évêque.

MOTS-CLES : D. Sancho Pires de Froiã ; diocèse de Porto ; réseau familial ; influence.

D. SANCHO PIRES DE FROIÃO Y SU FAMILIA: TRAYECTORIAS ECLESIASTICAS E INFLUENCIAS EN LA CATEDRAL DE OPORTO (FINALES DEL SIGLO XIII)

RESUMEN: El reinado de D. Dinis marcó un periodo de calma en las relaciones entre el rey y la Iglesia. No obstante, el monarca puso en práctica una estrategia de control de las diócesis, interviniendo en los nombramientos episcopales con el fin de consagrar obispos afines a su persona. En este contexto, varias familias aristocráticas pertenecientes al círculo cercano del monarca se incorporaron a los medios eclesiásticos, con la expectativa de ascender socialmente mediante la ocupación de cargos relevantes. En el caso de Oporto, el primer cambio de prelado durante el reinado de D. Dinis se produjo en 1296, con la consagración de D. Sancho Pires de Froiã como obispo de Oporto. El objetivo de este artículo es comprender si, con esta elección, se produjeron cambios en el volumen patrimonial y en la ocupación de cargos eclesiásticos en la catedral, como resultado de influencias familiares de este obispo.

PALABRAS CLAVE: D. Sancho Pires de Froiã; diócesis de Oporto; red familiar; influencia.

1. Introdução

Quando D. Dinis (1279-1325) herda o trono de Portugal, encontra um reino cujas relações com a Igreja vinham a deteriorar-se já desde o tempo do seu avô, D. Afonso II (1211-1223)¹. O seu reinado marcará um período de convergência entre a coroa e o clero, interrompendo um ciclo de três excomunhões consecutivas de monarcas portugueses².

A atuação de D. Dinis face a esta situação é dividida por Hermínia Vasconcelos Vilar (2001) em três fases: entre 1279 e 1292 o monarca preocupa-se em resolver o conflito; de 1292 a 1319, com o poder político mais consolidado, tentará interferir nas eleições episcopais; e de 1319 até ao final do seu reinado, período onde ocorre a guerra com o seu filho, futuro D. Afonso IV (1325-1357), que dividirá e complicará as relações entre a coroa e algumas dioceses³. Situar-nos-emos nas duas primeiras fases, dado que, já desde o início do seu reinado, o monarca tentará intrometer-se nas eleições episcopais e capitulares, levando, por vezes, a um conflito de interesses entre rei e cabidos (Vilar, 2001: 588-591).

¹ Para as relações entre a Igreja e a monarquia portuguesa neste período, veja-se a *História Religiosa de Portugal* (2000: 303-327).

² O seu avô, D. Afonso II, tio, D. Sancho II, e pai, D. Afonso III, foram todos excomungados. Apenas a excomunhão de D. Afonso III foi revertida, já no final do seu reinado.

³ D. Afonso IV terá diversos conflitos com o episcopado. Para esta matéria, veja-se, por exemplo, Coelho (2003).

Esta intervenção nas decisões que caberiam tradicionalmente ao cabido ou até mesmo ao Papa (Homem, 1997) está inserida numa política de centralização régia levada a cabo pelos monarcas portugueses praticamente desde a fundação do reino, e reforçada neste período (Sottomayor-Pizarro, 2015: 157-164)⁴. A estratégia passaria por propor indivíduos com ligação ao rei, para ocupar cargos de relevo nas dioceses⁵, de modo a facilitar o controlo destas. Verificamos situações deste cariz no início do seu reinado, aproveitando as vacâncias de prelados em Évora, Lisboa e Viseu, com resistências por parte dos cabidos das respetivas dioceses, e mais tarde em Braga, com a nomeação de D. Martinho Pires (Vilar, 2001: 588-596).

Relativamente aos “indivíduos com ligação ao rei”, estes, por norma, pertenciam a uma aristocracia média ou local, que procurava ascender socialmente através da ocupação de cargos eclesiásticos (Vilar, 2007: 8). A pouca participação dos mais altos escalões aristocráticos neste meio poderá ser o resultado do mecanismo de herança próprio da aristocracia portuguesa, de cariz cognático bilinear (Sottomayor-Pizarro, 2015: 143). Uma vez que todos os irmãos recebiam de forma igualitária o património dos pais, a opção por uma carreira religiosa poderia tornar-se menos apetecível. A não existência da ideia de um “chefe de linhagem” (Sottomayor-Pizarro, 2013 e Sousa, 2013) e a repartição da herança por toda a descendência, leva a que os “filhos segundos” não tenham de optar por outros meios para a sua subsistência.

Neste sentido, algumas famílias com menor preponderância em matéria de corte vão tentar tirar proveito da vontade do monarca, originando-se uma relação de “serviço de mútuo benefício” entre ambos, onde o rei conseguia algum controlo sobre o episcopado, e esta aristocracia ganhava uma certa relevância e prestígio. Em alguns casos, veremos a criação de redes familiares nas dioceses, como por exemplo os Portocarreiro em Braga⁶ (Vilar, 2007: 8) e os d'Ébrard em Coimbra⁷ (Morujão, 2005).

No Porto, a primeira mudança de prelado no reinado de D. Dinis ocorrerá em 1296, com a consagração de D. Sancho Pires de Froiã (1296-1300) como bispo. O objetivo deste estudo será aferir se algum destes aspetos, constatados nos casos mencionados (Braga, Évora, Lisboa) se evidenciou nesta diocese. Primeiramente, será necessário verificar se a nomeação de D. Sancho teve influência régia, e, em seguida, qual a hierarquia aristocrática ocupada pelos Froiã (e famílias relacionadas). Após essa análise, procuraremos identificar se este episcopado influenciou, de alguma forma, a Sé do Porto, quer na ocupação de cargos eclesiásticos, através de uma criação de redes pessoais ou familiares, quer na sua dimensão patrimonial, visto que se insere no período de intensificação de doações de particulares a esta Sé (Marques, 2017: 190).

⁴ Para uma visão geral deste reinado, veja-se Sottomayor-Pizarro, 2005.

⁵ São vários os estudos que referem o funcionamento das dioceses durante este reinado. A título de exemplo vejam-se os trabalhos de Lima, 2003 para a arquidiocese de Braga; Saraiva, 2003 para a diocese de Lamego, e Farelo, 2003 para a diocese de Lisboa.

⁶ Para Braga, também se verifica a presença de membros das famílias Zote, Vasconcelos, Cogominho, Cunha, Pimentel, Pereira, Molnes, Homem e Camelo, sobretudo no século XIV (Vilar, 2007: 8). No entanto, note-se que grande parte destes são familiares (ligação por via materna ou familiares distantes).

⁷ É um caso particular, diferente dos citados Portocarreiro, pois não estão ligados a D. Dinis. Trata-se de uma família francesa que vai para Coimbra devido à nomeação papal de Aymeric d'Ébrard para bispo de Coimbra, sendo que outros seus parentes desempenharão funções na Sé, bem como atrairá para a cidade outras linhagens relacionadas à família. É apenas um exemplo da criação de uma rede familiar numa diocese. Veja-se, sobre esta questão, Morujão, 2005.

2. Os Homem-Froião: percurso e alianças (finais do século XIII)

Esta família aparece-nos como um ramo secundário dos Pereira, encabeçado por Pero Pires Homem, filho de Pero Rodrigues Pereira e Maria Pires de Gravel, casado com Teresa Anes Redondo (Sottomayor-Pizarro, 1997: 902). Estamos perante uma linhagem que tem, logo à partida, relações com os Pereira e os Redondo.

Na sua origem, os Homem-Froião aparecem-nos com algum destaque, sobretudo em Castela⁸. Pero Pires Homem beneficiou de uma boa aliança matrimonial, com uma família próxima dos meios cortesãos, colocando esta linhagem numa posição favorável. Porém, a sua descendência ocupará um papel secundário no panorama aristocrático português. A linhagem da qual descendem não apresentava uma situação melhor, visto que se distanciara dos meios cortesãos nos finais do século XII (Sottomayor-Pizarro, 1997: 885). Tendo em conta esta realidade, a estratégia adotada por estas famílias para ganhar relevo no panorama aristocrático nos finais do século XIII será o ingresso em instituições eclesiásticas. Verificamos os exemplos de Gonçalo Pires Pereira e Rui Pires Pereira, que optam por carreiras em ordens religioso-militares, e Sancho Pires de Froião e Gonçalo Gonçalves Pereira, no clero secular.

Como referido, os Redondo estavam ligados à corte régia, e esta proximidade pode ter influenciado as relações de D. Dinis com estas famílias⁹, que estavam bem enquadradas para o desempenho deste “serviço de mútuo benefício”. Contudo, nada nos indica que o monarca tenha tido alguma participação na nomeação episcopal de Sancho Pires, contrariando a sequência de interferências em outras dioceses. Porquê? A diocese do Porto fora, até então, a única onde não ocorrera uma mudança de prelado durante este reinado, portanto, seria de total interesse para o monarca indicar alguém da sua confiança para esta cátedra. Até porque, durante o bispado de D. Vicente Mendes (1260-1296), as relações entre a monarquia e a Sé portuense divergiram (Cunha & Silva, 2007).

Uma possível justificação desta aparente passividade de D. Dinis para com a diocese do Porto, prende-se com a política de incorporação patrimonial que esta exercia. Como referido, D. Sancho fizera parte do conjunto de bispos que se dedicaram a integrar novos domínios na Sé, e aparenta ter sido particularmente influente em doações efetuadas por privados, ainda na época do seu deado (como veremos adiante). Algo que certamente agradava os cónegos portuenses, facilitando a ideia de uma futura nomeação episcopal. Portanto, a consagração de um prelado com ligações à Coroa (e também com boas relações com o arcebispo de Braga, D. Martinho de Oliveira, próximo do rei), apontado pelo próprio cabido, dispensava a ação do monarca¹⁰.

⁸ Pero Pires Homem e alguns parentes seus estiveram presentes na conquista de Sevilha por Fernando III de Castela em 1248 (Sottomayor-Pizarro, 1997: 887), para um estudo sobre os personagens presentes nesta conquista, veja-se David & Sottomayor-Pizarro (1986). O seu filho, o trovador Estevão Pires de Froião, ocupou cargos de relevo na cúria castelhana (Sottomayor-Pizarro, 1997: 903).

⁹ Veremos que tanto Sancho Pires de Froião, como Gonçalo Gonçalves Pereira tomarão sempre o partido do monarca. Relativamente aos Pereira, estes voltarão a ter preponderância em matéria de corte a partir desta geração.

¹⁰ Contudo, reiteramos que se trata de uma possibilidade, dada a inexistência de provas documentais da nomeação de Sancho Pires de Froião como bispo do Porto. É uma hipótese que nos surge devido à alteração da conduta do monarca nesta diocese, em comparação com as outras. Esta oscilação poderá ter resultado exatamente desta nomeação que agradava a ambas as partes, e que partira de dentro do próprio cabido. Algo que reforça esta ideia é a constante resistência dos cabidos em aceitar os nomes propostos pelo monarca para o governo das dioceses, não se verificando esta situação no Porto (embora D. Dinis

3. Sancho Pires de Froiã: a influência no património da diocese do Porto

Filho de Pero Pires Homem e Teresa Anes Redondo, Sancho Pires Froiã será o membro com mais destaque nesta família, devido ao seu percurso eclesiástico. Foi cónego de Tui (Ferreira, 1924: 276; Pinto, 1940: 88) e de Braga (instituído cónego doméstico do arcebispo de D. Martinho de Oliveira)¹¹, deão do Porto entre 1284 e 1296¹² e bispo na mesma diocese de 1296 até à sua morte, em 1300. Apresenta-se por diversas vezes ao lado do monarca, integrando, inclusive, a comitiva portuguesa rumo a Castela, que resultou na assinatura do Tratado de Alcanizes em 1297 (Ferreira, 1924: 278-279; Cunha, 1623: 105-106). Preocupou-se em reunir propriedades da família que haviam sido distribuídas por vários herdeiros, adotando uma “política de aquisição de bens familiares” entre 1298 e 1299 (Sottomayor-Pizarro, 1997: 904), fazendo o mesmo na diocese do Porto, dando continuidade a uma prática de captação de bens móveis e direitos de padroado, que estavam na posse de particulares, para a Sé (Marques, 2017: 189 a 193). Possuía um património avultado, visível no testamento que redigiu em 1298¹³.

Desde o período do seu deado, aparenta ser uma peça fundamental no processo de aquisição dos padroados das igrejas de Santa Maria de Válega, S. Félix da Marinha, Santa Marinha de Retorta e Santa Maria de Campanhã, as duas primeiras pertencentes ao arcediagado da Terra de Santa Maria, e as duas últimas ao arcediagado da Maia. No corpus documental analisado¹⁴, D. Sancho Pires esteve envolvido em onze doações e escambos referentes a estas propriedades¹⁵, no período entre 1284 e 1300. Participou nestes atos jurídicos por três vezes enquanto deão¹⁶, e nove enquanto bispo¹⁷.

Chamou-nos à atenção a diferença de enunciação do deão nestes documentos, aquando da mudança de prelazia. De facto, durante o episcopado de D. Vicente Mendes, a documentação desta matéria inclui sempre uma cláusula de motivação onde o deão é referido, quando este cargo era ocupado por Sancho Pires. Portanto, o apreço a esta figura aparece sempre evidenciada, a par do prelado, como verificamos, por exemplo, na doação de Fernão Esteves de Veyti que refere *specialiter pro amore reverendi patris domni Vinc[en]tii Portugalensis episcopi et pro amore venerabilis viri domni Sancii Petri decani eiusdem civitatis* (Censual do Cabido, 2024: 110-111). No entanto, quando este é consagrado

tenha conseguido interferir nas nomeações, não significa uma fácil aceitação destas). Também a posição de D. Vicente Mendes perante o monarca leva-nos a crer que não seria fácil a sua interferência na nomeação episcopal nesta diocese.

¹¹ Dos trabalhos consultados, esta referência apenas é-nos apresentada por Rodrigues (et.al) (2005: 201).

¹² Seguimos a datação de Silva (2010: 317), pois parece-nos a mais plausível. Em alguns estudos, o início do seu deado é colocado em 1286, e é-lhe atribuído o cargo de chantre em 1285. Chama-se à atenção para uma possível confusão causada pelo seu homónimo, Sancho Pires, cónego de Braga, que nos aparece nessa data como chantre do Porto no *Censual do Cabido* (2021: 343), e identificado em Silva (2010: 317). Segundo Rodrigues (et.al) (2005: 201), em 1285, Sancho Pires surge “intitulado unicamente de deão portucalense”.

¹³ Encontra-se publicado na *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)* (2010: 557-566) e no *Censual do Cabido* (2024: 299-305).

¹⁴ Diga-se, o *Censual do Cabido* (2024).

¹⁵ Veja-se o estudo de Amaral & Marques (2005) relativamente às doações à igreja de Campanhã durante o século XIII. Os autores fazem notar que as doações apenas incluem o direito de padroado, não sendo possível saber a dimensão do mesmo, premissa que também aplicamos para este estudo.

¹⁶ Veja-se no *Censual do Cabido* (2024), os documentos 120 e 121 para a igreja de Campanhã e o documento 221 para a igreja de Válega.

¹⁷ Veja-se no *Censual do Cabido* (2024), os documentos 122 a 125 para a igreja de Campanhã, o documento 78 para as igrejas de S. Félix da Marinha e Santa Marinha de Retorta, e os documentos 225 a 227 para a igreja de Válega.

bispo, o “amor” passa apenas a ser reservado para ele, não abrangendo o deão, e seu primo, Gonçalo Gonçalves Pereira.

Os autores destas doações variam de localidade e condição social, o que dificulta uma identificação mais rigorosa dos mesmos, bem como a perceção da existência de alguma ligação específica a D. Sancho Pires. No entanto, na esfera de doadores, destacam-se Maria de Farlães, Estevão Pires Homem, Pedro Homem e Afonso Homem (estes últimos numa doação conjunta), respetivamente sua tia, irmão e sobrinhos¹⁸. Todos estes instrumentos, efetuados entre 1297 e 1298, são referentes a direitos de padroado da igreja de Santa Maria de Campanhã.

Para além da significativa influência neste acréscimo patrimonial na diocese do Porto, D. Sancho Pires Froiã deixaria também ele próprio uma vasta quantidade de propriedades à Sé portuense. Com efeito, no seu testamento verificamos que parte das herdades dos seus familiares, que reuniu ao longo da sua vida, deixou-as às suas capelas *quas facimus in ecclesie Portugalsi* (*Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, 2005: 563), para sustentar a realização de missas perpétuas¹⁹.

4. Sancho Pires de Froiã: redes familiares na diocese do Porto?

Como verificado, do ponto de vista patrimonial, a diocese do Porto beneficiou das relações pessoais e familiares do seu bispo. Resta-nos averiguar se a sua presença na Sé influenciou, de alguma forma, os percursos dos seus parentes, ou pessoas próximas. Portanto, à semelhança da análise realizada por Maria do Rosário Morujão (2005) relativamente à presença dos d'Ébrard em Coimbra, o que pretendemos nesta fase é tentar identificar a existência (ou não) de uma rede familiar ou pessoal nos cargos diocesanos portuenses, relacionada com o exercício de funções de Sancho Pires Froiã.

O ponto de partida passou pela identificação dos clérigos que ocupavam os cargos eclesiásticos da Sé do Porto nos finais do século XIII, aproveitando o trabalho de Maria João Oliveira e Silva (2010) para esta diocese. Depois, assinalamos os indivíduos que constam tanto no seu testamento, como nos documentos relativos ao seu deado e episcopado, presentes no *Censual do Cabido* (2024). Estando estes dois passos efetuados, passamos a detetar a presença de laços de parentesco entre o bispo e os cônegos e as dignidades do cabido, antes, durante, e após o seu período na Sé, recorrendo a nobiliários medievais e ao estudo das famílias aristocráticas portuguesas de José Augusto de Sottomayor-Pizarro (1997). Alertamos previamente que, dada a escassez de informação, e sobretudo à frequente utilização de patronímicos em detrimento do apelido familiar, é possível que nos tenham escapado alguns destes homens.

Para além de apresentarem informações relevantes para as mais diversas matérias, os testamentos medievais surgem-nos como fontes extremamente úteis para a análise de relações pessoais, profissionais e familiares. No testamento de Sancho Pires de Froiã, identificamos 58 indivíduos, 23 dos quais seus familiares (nove Froiã, seis Redondo,

¹⁸ Veja-se Cunha (1623: 106-111), Amaral & Marques (2005: 72), e os documentos 122, 123 e 125 do *Censual do Cabido* (2024).

¹⁹ Deixou propriedades a duas capelas para o mesmo fim. Para verificar o património a elas deixado, veja-se o seu testamento em *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)* (2005: 557-566) ou no *Censual do Cabido* (2024: 299-305). Para uma versão resumida, veja-se Sottomayor-Pizarro (1997: 904-905).

cinco Pereira, um Zagumba e um Gato)²⁰, e sete possíveis familiares²¹. Debrucemo-nos sobre estes 30 homens, realçando os mais relevantes para este estudo, e ainda sobre uma instituição que poderá ter beneficiado do parentesco entre dois dos seus integrantes e o bispo do Porto.

Do elenco familiar, temos como certos três indivíduos que também optaram por uma carreira no clero secular. Um deles foi o seu sobrinho, Afonso Martins Homem, que nos aparece referido como cónego do Porto numa doação que fez, juntamente com o seu irmão, do padroado da igreja de Campanhã (*Censual do Cabido*, 2024: 112-113). Entre os anos de 1312 e 1338, João Redondo, seu primo ou sobrinho²², também nos surge como cónego do Porto (Silva, 2010: 323). O seu primo e testamenteiro, Gonçalo Gonçalves Pereira, encerra este grupo, destacando-se dos demais devido ao seu percurso.

A carreira de Gonçalo Gonçalves Pereira, inicialmente, tem aspetos que se assemelham à do seu primo Sancho Pires. Existe a possibilidade de ter sido criado junto de D. Dinis²³, partindo daí para a Universidade de Salamanca, onde se formou²⁴. Quando regressou ao reino de Portugal tornou-se prior da igreja de São Nicolau da Feira²⁵, e, em 1296, aparece-nos como cónego de Tui, deão do Porto (1296-1319) e cónego doméstico do arcebispo de Braga²⁶. No seu trajeto na diocese do Porto, ocupou também o cargo de vigário do bispo D. Frádulo (1308-1309). Os dois primeiros cargos (cónego de Tui e deão portuense) são “herança” direta do seu primo, que na mesma altura foi consagrado bispo do Porto²⁷. Na segunda década do século XIV o seu trajeto eclesiástico passou pelo bispado de Lisboa (1322-1326)²⁸ e pelo arcebispado de Braga (1326-1348)²⁹, podendo ter influenciado o percurso dos seus primos em segundo grau Estevão Pires Homem e Vasco Pires Homem, nessa mesma arquidiocese³⁰.

No âmbito dos “possíveis familiares”, uma figura surge como potencialmente parente de Sancho Pires de Froiã: trata-se de Gonçalo Gonçalves que desempenhou funções tanto na diocese do Porto, como chantre (1252-c.1282) (Silva, 2010: 314-317) e vigário (1254), como na diocese de Coimbra, onde também ocupou o cargo de chantre

²⁰ Vejam-se os anexos 1, 2 e 3.

²¹ Optamos por classificar alguns indivíduos como “possíveis familiares”, devido à discrepância de informações, como veremos adiante.

²² Pouco sabemos acerca de quem poderá ter sido este João Redondo. A inexistência de uma referência ao patronímico dificulta a sua identificação. No testamento do bispo D. Sancho Pires, é referido como filho de um Nicolau Pais, dificultando ainda mais a sua identificação, dado que não há conhecimento de ninguém com este nome na família Redondo. Contudo, no corpus documental analisado, João Redondo aparece-nos por vezes como testemunha em documentos de Sancho Pires, e o apelido “Redondo” remete-nos, inevitavelmente, para essa família. Pertencendo a esta família, neste período, é automaticamente parente dos Froiã, mesmo que possa ser um familiar distante.

²³ Veja-se Pinto (1940: 88), Rodrigues (1930:127) e Coelho (2018: 262).

²⁴ Veja-se Ferreira (1930:127) e Pinto (1940: 88) e Coelho (2015: 262).

²⁵ Veja-se Ferreira (1930:127), Pinto (1940: 88), e Sottomayor-Pizarro (1997: 889) e Coelho (2005: 262).

²⁶ Veja-se Ferreira (1930:128), Pinto (1940: 88), e Sottomayor-Pizarro (1997: 889) e Coelho (2015: 262-263).

²⁷ Veja-se Ferreira (1928: 277); (1930: 128) e Sottomayor-Pizarro (1997: 889). Os cargos deixados vagos por D. Sancho Pires são “herdados” pelo seu primo Gonçalo Pereira.

²⁸ Veja-se Ferreira (1930:128), Pinto (1940: 88), Sottomayor-Pizarro (1997: 889), e, sobretudo, Coelho (2015).

²⁹ Cargo pelo qual ficou conhecido. O arcebispo D. Gonçalo Pereira foi objeto de vários estudos, pelo que damos como exemplo o trabalho de Coelho (1990).

³⁰ Sottomayor-Pizarro (1997: 907) apresenta-os como tendo desempenhado cargos na mitra bracarense durante o arcebispado de D. Gonçalo Pereira.

(1264–c.1282) (Morujão, 2010: 223–263) e vigário (1262–1274). É de sublinhar este duplo desempenho do chantrado que “a legislação canónica reprovava, mas a prática, afinal, consentia, e que constitui o único caso de exercício simultâneo da mesma dignidade” (Morujão, 2010: 223), pelo menos no período entre 1080 e 1318. É mencionado no testamento de D. Sancho, como *Gunsalvi quondam cantoris Portugalensis avunculi nostri* (*Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071–1325)*, 2005: 560), ou seja, tio. O parentesco entre ambos é praticamente certo, mas optamos, numa primeira instância, por colocá-lo nesta categoria dada a inexistência de qualquer outra referência a este laço (aliás, num caso, aparece-nos como sendo tio de um Sancho Pires, cónego de Coimbra³¹), e a dificuldade em atribuir-lhe uma origem, família, e estrutura de parentesco exatas. Contudo, é de salientar que elencamos vários aspetos que, de facto, comprovam um laço sanguíneo entre estes dois indivíduos. O primeiro, e mais óbvio, é a referência a um “tio Gonçalo, chantre do Porto”, no testamento de D. Sancho. Já no testamento de Gonçalo Gonçalves³², aparecem referidos dois Sancho Pires, sendo um o cónego de Coimbra (e seu testamenteiro), e outro, mencionado como *nepos meus*. Esta homonímia obriga-nos a uma cautela no momento de tirar conclusões sobre este aspeto. No entanto, tudo aponta para que este *Sancius Petri nepos* seja, de facto, Sancho Pires de Froião, por vários motivos. Antes de mais, se analisarmos a estrutura do testamento, notamos que este se encontra dividido entre legatários de Coimbra e legatários do Porto, aparecendo esta referência no segundo grupo. Existe uma ligação clara entre Gonçalo Gonçalves e Pero Pires Homem, várias vezes citado ao longo do documento. Por fim, se dúvidas houvesse relativamente a qual Sancho seria o seu sobrinho, uma passagem do seu testamento clarifica a relação de parentesco, quando refere: *Item mando Majori Petri nepoti mee L^{ta} libras de illis quas mihi debet vir suus Didacus Lupi* (*Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071–1325)*, 2005: 546), referindo-se a Mor Pires Froião, casada com Diogo Lopes Gato, irmã e cunhado de Sancho Pires Froião.

Centramos agora a atenção noutro pormenor que pode revelar reforçar a uma possível relação de parentesco com D. Sancho Pires, mas com algumas ressalvas, dado o nosso desconhecimento na matéria e o facto de se tratar apenas de uma hipótese. Referimo-nos ao selo de Gonçalo Gonçalves³³. Este selo é descrito como sendo do tipo heráldico emblemático e pessoal, tendo *no interior dois lozângulos concêntricos, por entre os quais se situa a legenda, depara-se-nos uma cruz florenciada, acantonada em chefe por duas cabeças de pássaro- tão mal estilizadas que aparentam constituir peras- e apontando o tramo superior para uma terceira cabeça* (Távora, 1983: 160). Descrição que se assemelha à das armas dos Pereira: *de vermelho, cruz floria de prata, vazia do campo*³⁴ (Freire, 1973: 301). Maria do Rosário Morujão e Anísio Saraiva (2014: 253) corrigem estas “cabeças de pássaro”, afirmando que se trata de bolotas. Contudo, a referência a “peras” não deixa de ser curiosa, por razões óbvias.

Não constituindo a heráldica e a sigilografia o objeto deste estudo, apontamos somente alguns pontos que poderão, talvez, desencadear uma investigação futura. De

³¹ Veja-se o índice onomástico do *Censual do Cabido* (2024: 553).

³² Encontra-se publicado na *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071–1325)* (2010: 542–548) e no *Censual do Cabido* (2024: 283–287).

³³ Para a imagem do selo, veja-se o exemplar nº 125 de Távora (1983) e Morujão & Saraiva (2014: 254).

³⁴ O selo parece ter um realce no centro, podendo servir para indicar este “vazio”. Veja-se a imagem do selo nos trabalhos mencionados na nota anterior.

facto, alguns estudos apontam D. Gonçalo Pires Pereira como o fundador das armas dos Pereira³⁵, algo que pode complicar esta hipótese, devido a discrepâncias cronológicas³⁶. Caso se venha a comprovar que a figura do selo do chantre Gonçalo Gonçalves corresponde às armas dos Pereira, a sua origem familiar ficaria comprovada. No entanto, as questões relativas ao lugar que ocupa na genealogia nesta família permaneceriam³⁷.

A consanguinidade entre Gonçalo Gonçalves e Sancho Pires Froiã surge-nos como peça-chave para a definição de uma teia de ligações entre o bispo e outros clérigos. Inseridos no núcleo de “possíveis familiares”, surgem os familiares do chantre, mencionados tanto no seu testamento, como no testamento do seu sobrinho³⁸.

Abril Pires, cónego da Sé do Porto (1259-c.1295) e abade de Cedofeita³⁹, é referido no testamento do chantre Gonçalo Gonçalves como seu sobrinho (*Testamenta Ecclesiae Portugaliae* (1071-1325), 2010: 545), sendo que, no seu testamento, Sancho Pires cita um *Aprilis Petri*, pai de Estêvão Pires, podendo, contudo, não se tratar do mesmo indivíduo. Por seu lado, no testamento de Abril Peres (*Testamenta Ecclesiae Portugaliae* (1071-1325), 2010: 548-552), Sancho Pires é referido (ainda como deão do Porto) sendo também seu testamenteiro. Gil Martins, também abade de Cedofeita (supõe-se que logo após Abril Pires), também consta no testamento de Gonçalo Gonçalves, como seu sobrinho, aparecendo igualmente no de Sancho Pires. A serem sobrinhos de Gonçalo Gonçalves, ambos seriam também primos de Sancho Pires Froiã. Todavia, em nenhum documento consultado há referências a um parentesco entre estes homens. Aliás, no testamento de Abril Pires há uma referência familiar relativa a Gil Martins, tratado de forma diferente ao seu outro suposto primo, como se vê na passagem: *Item faço e ordinho executores deste meu testamento dom Sancho Perez dayam do Porto meu senhor e meu amigo e Gil Martinz meu primo cuirmaaom* (*Testamenta Ecclesiae Portugaliae* (1071-1325), 2010: 551). Fica em aberto o porquê do motivo da omissão do parentesco⁴⁰ (sendo praticamente certo que são, de facto, primos), e da razão para o tratamento como “senhor e amigo”. Mesmo

³⁵ Veja-se, por exemplo, Seixas & Telles (2009) e Monteiro (2019: 256-258).

³⁶ Apenas sabemos que o selo começou a ser utilizado por Gonçalo Pires Pereira, documentado como grão comendador de Espanha em 1268 (Sottomayor-Pizarro, 1997: 894). A acreditar nos estudos citados (veja-se a nota 44), a cruz dos Pereira teria alguma influência da cruz hospitalária, sendo Gonçalo Pires o primeiro da família a integrar esta Ordem (a par do seu irmão Rui Pereira). Acontece que o selo do chantre Gonçalo Gonçalves é datado de 1260 (Morujão & Saraiva, 2014: 253). É possível que, antes de ser comendador, tenha sido freire, mas a incerteza relativamente à data em que se configuraram as armas dos Pereira levanta-nos esta questão. Acrescentamos que é dito que a utilização das armas é atribuída a ele e à sua descendência, sendo que Gonçalo Gonçalves (a ser um Pereira), fora seu irmão, primo ou tio.

³⁷ Apenas sabemos que deverá ter sido filho de um Gonçalo. Dos membros da família conhecidos, apenas nos aparece um Gonçalo Rodrigues de Pereira, tio de Gonçalo Pires Pereira identificado por Sottomayor-Pizarro (1997: 889-890), mas é pouco provável que fosse seu filho, pois, a crer no testamento do chantre, teria de ter como irmãos, pelo menos Rodrigo, Martim e Maria, não correspondendo estes aos filhos que lhe são atribuídos. Poderá tratar-se de um ramo proveniente do casamento de Pero Rodrigues Pereira e Inês Sanches (embora não lhe seja conhecida qualquer descendência (Sottomayor-Pizarro, 1997: 888)), ou descendente de um ramo feminino. Veja-se o anexo 2, para um melhor entendimento do parentesco entre os personagens.

³⁸ O testamento de Gonçalo Gonçalves dá-nos a conhecer outros seus familiares (veja-se, por exemplo, a nota 46). No entanto, apenas nos interessam os nomes que aparecem em ambos os testamentos, de modo a estabelecermos uma conexão entre estas figuras.

³⁹ Veja-se Silva (2010: 319). O ano 1295 corresponde à última referência documental conhecida da sua presença na Sé portuense.

⁴⁰ O mesmo acontece num documento referente a uma contenda que opunha a Igreja do Porto e o mosteiro de Cedofeita, onde os dois aparecem como referidos, não sendo mencionado nenhum grau de parentesco entre ambos (*Censual do Cabido*, 2024: 78).

assim, a verdade é que possuem uma ligação, quer fosse pessoal ou familiar, e todos desempenham funções no clero secular portuense.

Para terminar este grupo de “possíveis familiares”, resta-nos referir Martim do Monte, indivíduo que aparece no testamento do bispo portuense. Este homem fora clérigo do bispo (1307-1309), chantre (1318-1324) e cónego do Porto (1327-1334), bem como abade de Telões (Silva, 2010: 317/323). É possível que fosse primo de D. Sancho Pires, por via do casamento da sua tia, Beatriz Pires Pereira, com Pero Anes do Monte⁴¹ (Sottomayor-Pizarro, 1997: 892).

Importa ainda referir um dado curioso que surgiu desta análise das relações de Sancho Pires Froião através da análise do seu testamento. Com efeito, neste documento o prelado portuense manda à *Ordinis Hospitalis C libras et quod ematur inde aliqua possessio pro anima nostra* (*Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, 2010: 562). A Ordem do Hospital surge-nos como a única instituição religioso-militar referida neste testamento, sendo que não existe uma relação clara entre o testador e o legatário. Não teria de haver necessariamente alguma conexão entre ambas as partes, e era comum a legação de património (sobretudo monetário) a instituições eclesiásticas⁴², mas esta chamou-nos à atenção, dadas as ligações entre os seus primos, Gonçalo Pires Pereira e Rui Pires Pereira a esta Ordem durante este período, podendo, de alguma forma, ter influenciado a decisão do bispo do Porto.

5. Conclusão

No bispado de Sancho Pires Froião, verificamos que as famílias Pereira e Froião começam a desempenhar cargos eclesiásticos na Igreja portuense mais incisivamente. Através do estudo dos indivíduos que tinham funções na Sé do Porto, nos finais do século XIII e inícios do XIV, conseguimos identificar sete homens do núcleo familiar do bispo⁴³, sendo estes: Gonçalo Pereira, Afonso Homem, João Redondo, Gonçalo Gonçalves, Abril Pires, Gil Martins e Martim do Monte. Os três primeiros com a consanguinidade totalmente comprovada, e os quatro últimos com o parentesco quase certo.

O percurso de Sancho Pires na diocese, e sobretudo a sua sagração como bispo do Porto, provém da inegável proximidade ao monarca, quer fosse através da sua mãe (da família Redondo, pertencente ao núcleo cortesão), quer por causa dos próprios serviços prestados ao monarca, aparecendo junto dele em momentos-chave. Não nos esqueçamos que estamos perante uma fase em que D. Dinis tinha praticamente todo o episcopado controlado, graças à sua estratégia de “serviço de mútuo benefício”. Ainda que não tivesse interferido diretamente na sua nomeação episcopal, esta fora conveniente tanto para o monarca, que passou a ter alguém do seu núcleo de proximidade na cátedra Sé portuense, como para o cabido, que via o património da diocese aumentar por causa da influência do seu novo bispo.

Se a diocese do Porto beneficiou da influência de D. Sancho Pires para o incremento dos seus direitos e bens, quer através da doação de direitos de padroado por seus familiares ou pessoas com ele relacionadas, quer de propriedades legadas pelo próprio prelado no seu testamento, a família do bispo também aproveitou o lugar que este

⁴¹ Nada se sabe acerca da descendência deste casal. Veja-se o anexo 2.

⁴² Este próprio testamento constitui um exemplo.

⁴³ Veja-se o anexo 4.

desempenhava. Para além da “distribuição” de sete cargos pelos seus parentes, este foi o ponto de partida para a ascensão social, sobretudo dos Pereira, que, como referido, durante o século XIII tiveram um percurso discreto. O percurso de carreiras eclesiásticas alterará esse panorama, e Gonçalo Gonçalves Pereira será um dos motores dessa mudança, fazendo parte do grupo de beneficiados da influência do seu primo, D. Sancho Pires Froiã⁴⁴. Já os Froiã não terão o mesmo destino, perdendo preponderância com o passar do tempo (Sottomayor-Pizarro, 1997: 902).

Podemos afirmar que houve uma influência por parte de Sancho Pires Froiã, e que famílias relacionadas com o bispo, que até então não haviam desempenhado cargos na diocese do Porto, passaram a fazê-lo, e alguns membros lograram ter um especial destaque. Mesmo não se formando uma rede familiar extensa⁴⁵, este caso demonstra o uso das carreiras eclesiásticas como forma de ascensão social.

Ficam ainda algumas questões em aberto, como, por exemplo, a da origem do chantre Gonçalo Gonçalves, que parece estar ligada à família Pereira. Um estudo mais aprofundado da sua figura poderá esclarecer tanto esta questão, como a do seu selo, e a mútua omissão da relação entre os seus sobrinhos, Abril Pires e Sancho Pires Froiã.

Fontes Impressas

Censual do Cabido: Cartulário Medieval da Sé do Porto (2024), Maria João Oliveira e Silva (coord.), Lisboa, Universidade Católica Editora. CUNHA, D. Rodrigo (1623), *Catálogo e História dos Bispos do Porto*, Porto, João Rodrigues impressor de sua senhoria. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (1980), José Mattoso (ed.), in *Portugaliae Monumenta Historica: Nova Série*, Lisboa, Academia das Ciências.

Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325) (2010), Maria do Rosário Morujão (coord.), Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa.

Bibliografia

AMARAL, Luís Carlos; MARQUES, André Evangelista Oliveira (2005), “Pouvoir épiscopale et patrimoine seigneurial au XIII^e. siècle: le cas de Santa Maria de

⁴⁴ Sottomayor-Pizarro (1997: 888), quando realça as trajetórias individuais dos Pereira, que fazem com que a família ressurja, alerta para o não esquecimento de que as carreiras referidas também beneficiaram com a influência de D. Gonçalo Pires, Grão-Prior do Hospital, e mesmo de D. Sancho Pires de Froiã, bispo do Porto.

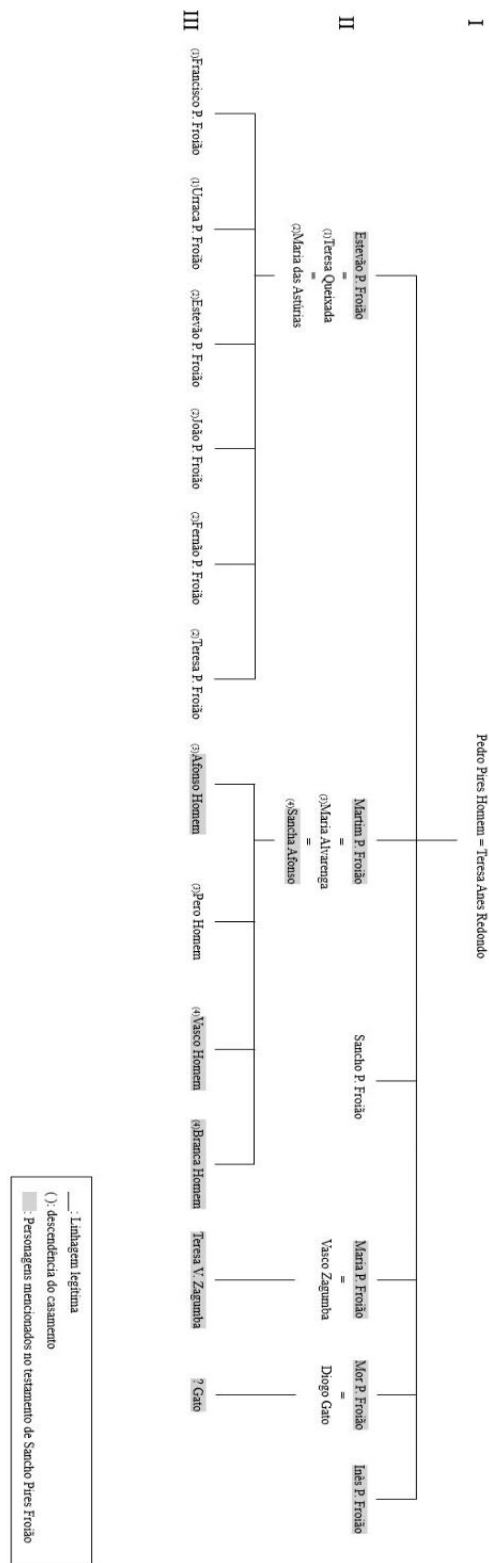
⁴⁵ Um estudo que abrangesse uma baliza temporal mais alargada poderia revelar mais alguns familiares, quer durante esta mesma cronologia, com a descoberta de indivíduos que nos escaparam, quer numa anterior ou posterior. Contudo, alguns fatores indicam que seriam períodos mais complexos de analisar, quer por causa da realidade familiar, quer das próprias relações da Coroa com a Igreja, antes de D. Sancho Pires e D. Dinis, quer ainda do percurso posterior destas famílias. De facto, sabemos que os Pereira optaram por carreiras eclesiásticas não no clero secular, mas sim dentro da Ordem do Hospital, ao passo que os Froiã perderem destaque. Poderíamos encontrar uma espécie de continuação desta rede familiar na arquidiocese de Braga, fruto da atuação de Gonçalo Gonçalves Pereira enquanto arcebispo (referimos dois exemplos neste estudo, veja-se o anexo 4).

- Campanhã”, in *A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu. Actas do Colóquio Internacional*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, pp. 63-74.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1990), “O Arcebispo D. Gonçalo Pereira - um querer, um agir”, in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Actas do Congresso Internacional*, Braga, Universidade Católica Portuguesa / Faculdade de Teologia / Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, pp. 388-462.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2003), “Bispos e Reis: Oposições em torno de bens e jurisdições temporais”, *Lusitana Sacra*, 15, pp. 279-287.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2018), “Gonçalo Pereira (1322-1326)”, in João Luís Inglês Fontes (dir.), *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 261-276).
- CUNHA, Cristina; SILVA, Maria João Oliveira e (2007), “O serviço de Deus e o serviço do rei: atitudes do prelado do Porto D. Vicente Mendes (1260-1296)”, in *Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão (séc. XII-XIV)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, pp. 257-267. [consulta em 06/06/2025] Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/entities/publication/65c3e9a4-e528-43d7-bfaf-89e8a793eadd>.
- DAVID, Henrique; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (1986), “Nobres portugueses em Leão e Castela (século XIII)”, *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 7, pp. 135-150.
- FARELO, Mário (2003), *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*, Tese de mestrado em “História Medieval”, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FERREIRA, José Augusto (1924), *Memórias archeológico-históricas da cidade do Porto (Fastos episcopais e políticos) (século VI- século XX)*, t. I, Braga, Cruz e C.^a.
- FERREIRA, José Augusto (1928), *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga. (séc. III – séc. XX)*, t. I, Braga, Mitra Bracarense.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1973), *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- História Religiosa de Portugal* (2000), Carlos Moreira Azevedo (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores.
- Homem, A. L. de Carvalho (2019), “Perspectivas sobre a prelazia do reino em tempos dionisinos”, *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 15 (2), pp. 1469-1477. [consulta em 06/06/2025] Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5527>.
- LIMA, Maria Justiniana Pinheiro Maciel (2003), *O cabido de Braga no tempo de D. Dinis: 1278-1325*, Patrimonia Historica, Lisboa.
- MARQUES, André Evangelista (2017), “A Autoridade Episcopal e a Construção da Rede Paroquial na Diocese do Porto (séculos X-XIV)”, in Luís Carlos Amaral (coord.), *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e*

- da construção do Cabido Portucalense*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, pp. 161-196.
- MONTEIRO, João Gouveia (2019), *Nuno Álvares Pereira- Guerreiro, senhor feudal e santo: os Três Rostos do Condestável*, Lisboa, Manuscrito.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (2005), “La famille d’Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIIIe et XVe siècles”, in *A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu. Actas do Colóquio Internacional*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, pp. 75-91.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (2010), *A Sé de Coimbra: a Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (2014), “O Selo: símbolo de representação e de poder no mundo das catedrais portuguesas”, in Anísio Saraiva; Maria do Rosário Morujão (coord.), *O Clero Secular Medieval e as suas Catedrais: Novas Perspectivas e Abordagens*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, pp. 205-264.
- PINTO, António Ferreira (1940), *O Cabido da Sé do Porto*, Porto, Oficinas Gráficas da Sociedade de Papelaria.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A. (et al.) (2005), *Os Capitulares Bracarenses (1245-1374): Notícias Biográficas*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (2003), *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Magno Edições.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo (2009), “O condestável D. Nun’Álvares e as armas dos Pereiras revisitadas”, in Humberto Oliveira; Cristina Moita; Ismael Teixeira (coord.), *Olhares de hoje sobre uma vida de ontem: Nuno Álvares Pereira: homem herói e santo*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, pp. 205-217.
- SILVA, Maria João Oliveira e (2010), *A Escrita na Catedral: A Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média*, Tese de doutoramento em “História”, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (1997), *Linhagens Medievais Portuguesas- Genealogias e estratégias (1279-1325)*, Tese de doutoramento em “História da Idade Média”, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2005), *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2013), “A Chefia da Linhagem Aristocrática (Sécs. XII-XIV). Reflexões em Torno de uma Prática Idealizada”, *Studia Zamorensia*, 12, pp. 27-40. [consultado em 17/05/2025] Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4904479>.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2015), “A Coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. XII-XV): uma Relação de Serviço?”, in *Discurso, memoria y representación: la nobleza peninsular en la Baja Edad Media*, Estella, pp. 141-176.

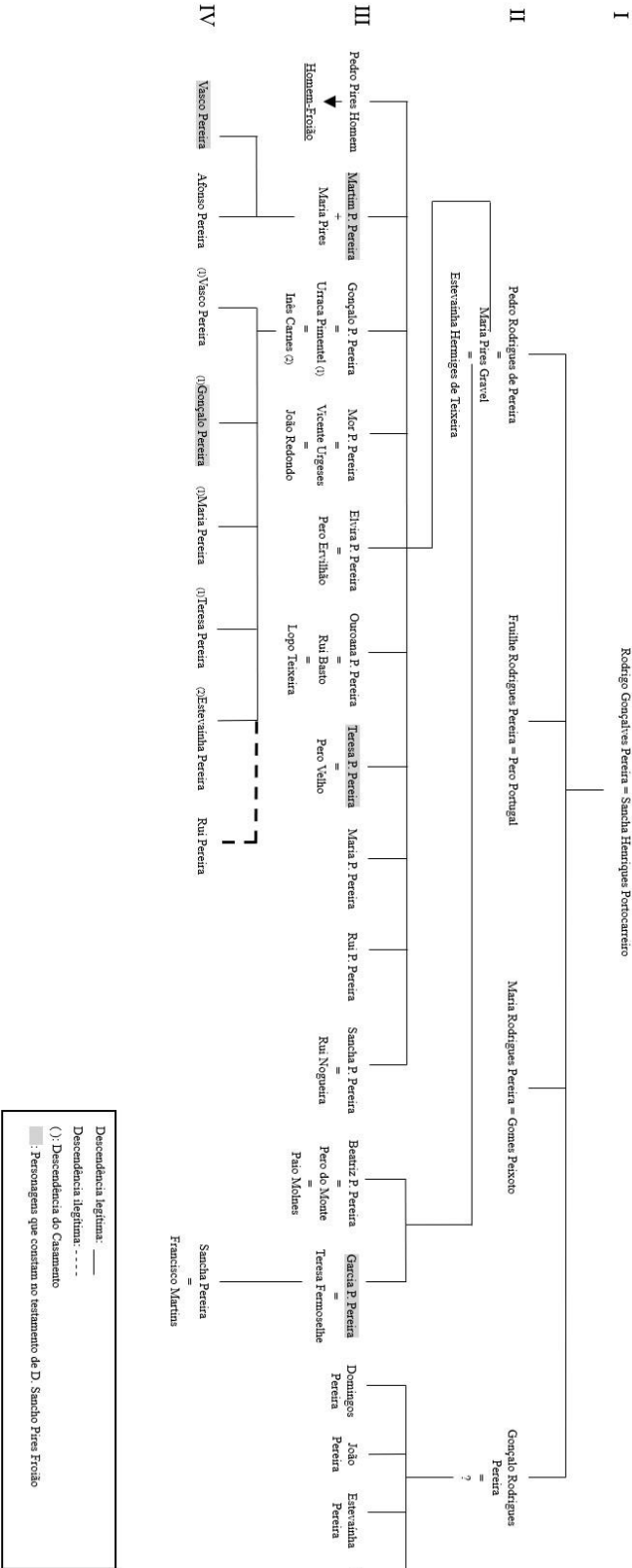
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2013), “Afirmção social e liderança nobiliárquica em Portugal (séculos XII- XV)”, *Studia Zamorensia*, 12, pp. 41-56. [consultado em 16/05/2025] Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4904482>.
- TÁVORA, D. Luís Gonzaga de Lencastre e (1983), *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos (2007), “Canons and Cities: Cathedral Chapters and Their Social Composition in Medieval Portugal”, *e-Journal of Portuguese History*, 5 (2), pp. 1-19. [consulta em 04/06/2025] Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/6923>.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos (2001), “O Episcopado do Tempo de D. Dinis: trajetos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325)”, *Arquipélago- História*, 2ª série, V, pp. 581-604. [consulta em 16/03/2025] Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/61433900>.

Anexos

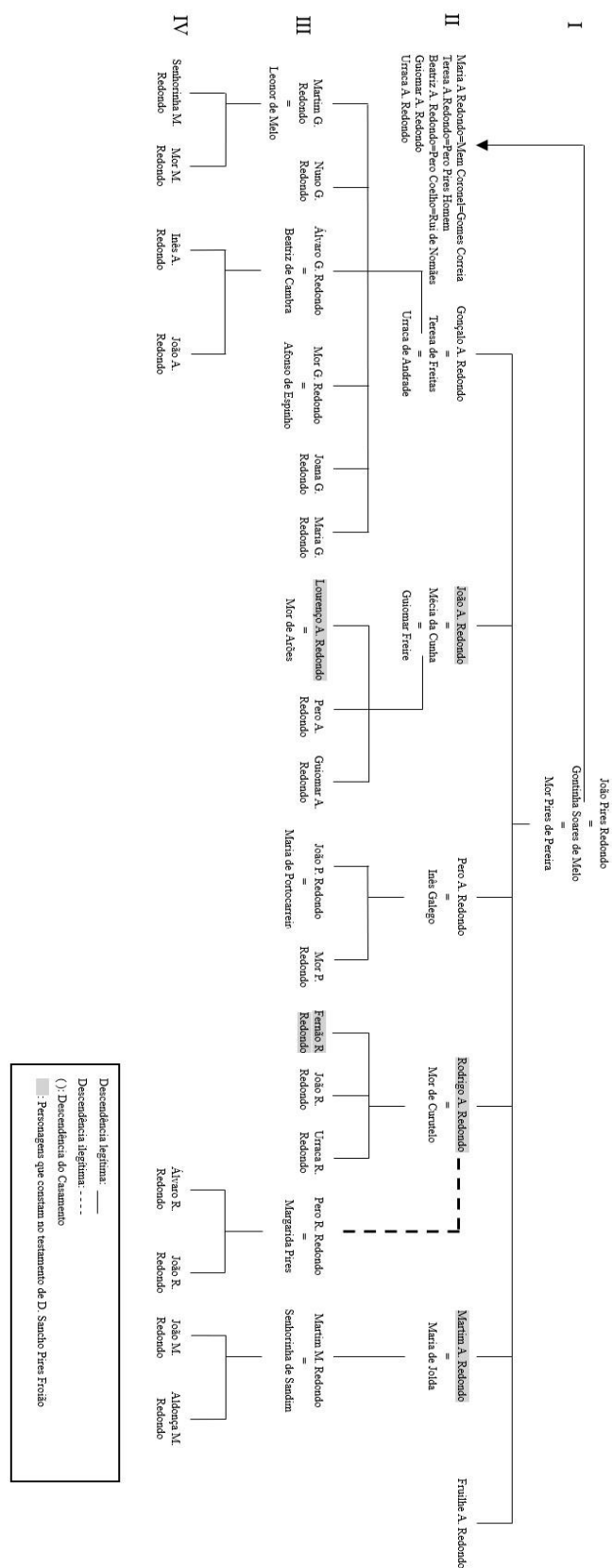
Anexo 1. Árvore Genealógica dos Homem-Froião⁴⁶

⁴⁶ Dados retirados de *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (1980), *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)* (2010) e Sottomayor-Pizarro (1997).

Anexo 2. Árvore Genealógica dos Pereira⁴⁷

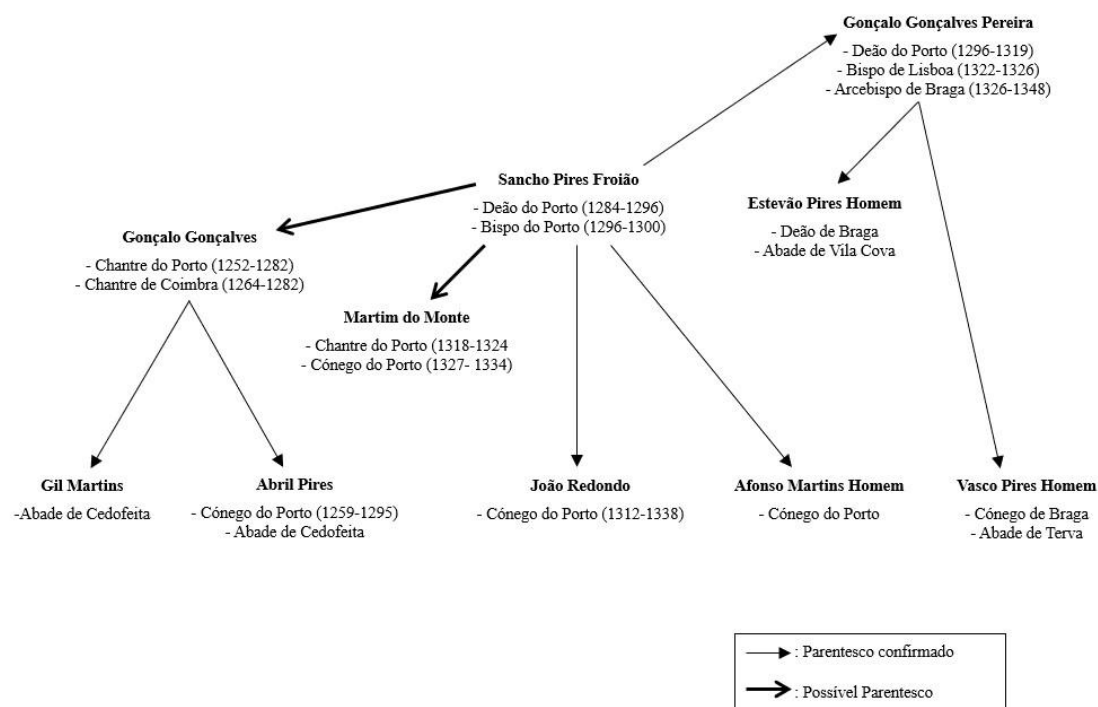


⁴⁷ Dados retirados de *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (1980), *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)* (2010), e Sottomayor-Pizarro (1997).

Anexo 3. Árvore Genealógica dos Redondo⁴⁸

⁴⁸ Dados retirados de *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (1980), *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)* (2010) e Sottomayor-Pizarro (1997).

Anexo 4. Possível rede familiar de D. Sancho Pires na Diocese do Porto⁴⁹



⁴⁹ Dados retirados de *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (1980), *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)* (2010), Sottomayor-Pizarro (1997) e Silva (2010). Do lado esquerdo estão representados os “possíveis familiares” do bispo do Porto, enquanto no lado direito se encontram os seus parentes.